

Cahiers d'Études des Cultures Ibériques et Latino-américaines

Université Toulouse Jean-Jaurès – Université Paul-Valéry, Montpellier 3

CECIL Numéro 3 - Année 2017

Dossier thématique: Écrire sous la contrainte : mystiques, contemplatifs et le spectre du juge. Pratiques et stratégies discursives (M^a Mar Cortés Timoner coord.).....	5
M ^a Mar Cortés Timoner : Estrategias de autorización en el discurso espiritual de Teresa de Cartagena y Teresa de Jesús	9
Estelle Garbay-Velázquez : Dos alegatos místicos a favor del «no pensar nada»: el <i>Tercer Abecedario espiritual</i> (1527) y la <i>Ley de amor</i> (1530) de Francisco de Osuna	27
Álvaro Castro Sánchez : Construcción del discurso místico y plebeyización de la santidad en <i>Lumbre del alma</i> de Juan de Cazalla	45
Michel Bøeglin : Salterios y comentarios al Salmo en el Quinientos en Castilla. Entre herencia conversa y sensibilidad evangélica: el <i>Beatus Vir</i> (1546) del doctor Constantino	59
Rosa Navarro Durán : El espacio literario como lugar de comunicación: la escritura en libertad de Teresa de Jesús	75
Vincent Parello : Entre el velo y la pluma: el discurso de la vida de la carmelita descalza Ana de San Agustín (1555-1624)	87
Rosa M ^a Alabrús : El discurso eclesiástico ante las visiones femeninas en la España de los siglos XVI y XVII	101
Maria Luísa Jacquinet : Entre escrita epistolar, biografía e hagiografía: o caso de Soror Maria Joana (1712-1754), religiosa do Mosteiro do Louriçal	115
Recensions d'ouvrages et compte-rendus	129
La edición de Pierre Darnis del <i>Guzmán de Alfarache</i>	131
La traduction du <i>Beiträge zur Geschichte des spanischen Protestantismus</i> (1902) d'Ernst Schäfer	135
Tomás López Muñoz. <i>La Réforme à Séville au XVIe siècle</i>	141

Les *Cahiers d'Études des Cultures Ibériques et Latino-américaines (CECIL)* sont une publication lusiste et hispaniste d'histoire et de civilisation, de littérature, d'art et de sciences sociales qui favorise le comparatisme et les regards croisés sur les phénomènes culturels et les faits de civilisation en Amérique et dans la péninsule Ibérique. Axés sur l'étude des formes, des représentations et des imaginaires, les *Cahiers d'Études des Cultures Ibériques et Latino-américaines* sont une revue en ligne avec une périodicité annuelle, adossée à l'IRIEC-EA740, l'équipe d'accueil qui réunit des chercheurs des universités Toulouse-Jean-Jaurès et Paul-Valéry, Montpellier 3.

Directeur : Michel Boeglin (UM3)

Rédacteur en chef: Patrick Lesbre (UTJJ)

Adresse d'expédition

Pour nous envoyer votre contribution, merci de nous contacter à

cahiersdetudes@gmail.com

Pour les normes de présentation, rendez vous sur le site de la revue:

<https://cecil-univ.eu/> à la section: *A propos des CECIL*



CECIL est mis à disposition selon les termes de la licence Creative Commons Attribution - Pas d'Utilisation Commerciale - Pas de Modification 4.0 International.

© **CECIL Cahiers d'Études des Cultures Ibériques et Latino-américaines - ISSN 2428-7245**

IRIEC. Institut de Recherche Intersite d'Études Culturelles, Montpellier (EA 740)

Université Toulouse Jean-Jaurès – Université Paul-Valéry, Montpellier 3

Entre escrita epistolar, biografia e hagiografia: o caso de Soror Maria Joana (1712-1754), religiosa do Mosteiro do Louriçal

Maria Luísa Jacquet - Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

Resumo: No século XVIII português, num contexto particular de apetência pela mística clássica e na ambiência propícia da clausura monástica, floresceu a vida e a opinião de virtude de Soror Maria Joana (1712-1754), aclamada mística a quem se atribuiu a messiânica predição do cataclismo que acometeria Lisboa em 1755. O conteúdo das cartas por ela escritas no quadro da confissão, e cujos originais se mantêm inéditos, serviu de esteio, uma vez adaptado, a edições destinadas a consagrar a sua fama de santidade. Com base na análise dos vários textos produzidos, propomo-nos sublinhar as suas particularidades narrativas e identificar as estratégias discursivas que substanciam a tentativa de ultrapassar o crivo institucional.

Palavras-chave: epistolografia, hagiografia, espiritualidade, confissão, censura, mosteiros femininos, Portugal, século XVIII

Titre: Entre écriture épistolaire, biographie et hagiographie: le cas de Sœur Maria Joana (1712-1754), religieuse du Monastère du Louriçal

Résumé: Au XVIII^{ème} siècle portugais, dans un contexte particulier d'engouement pour la mystique classique et dans l'ambiance propice de la clôture monastique, s'épanouit la vie et l'opinion de vertu de Sœur Maria Joana (1712-1754), mystique acclamée à qui on attribua la prédiction messianique du cataclysme qui survint à Lisbonne en 1755. Le contenu des lettres qu'elle a écrites dans le cadre de la confession, et dont les originaux demeurent inédits, sert de support, une fois adapté, à des éditions destinées à consacrer sa réputation de sainteté. Sur la base de l'analyse de différents textes produits, nous nous proposons de souligner les particularités narratives et d'identifier les stratégies discursives qui sous-tendent la tentative de dépasser le crible institutionnel.

Mots-clés: épistolographie, hagiographie, spiritualité, confession, censure, monastères féminins, Portugal, XVIII^{ème} siècle

Title: Between epistolography biography and hagiography: the case of Sister Maria Joana (1712-1754), nun of the Monastery of Louriçal

Summary: In a particular context of the eighteenth century Portugal, characterized by the revaluation of classical mysticism, flourished the life and the opinion of virtue of Sister Maria Joana (1712-1754), acclaimed Poor Clare mystic to whom is attributed the premonition of the Lisbon earthquake of 1755. The content of the letters she wrote to her confessor, which originals remain unpublished, served as a source for editions that aimed to consecrate her fame of holiness. Based on the analysis of the various texts produced, we intend to underline their narrative features and to identify their discursive strategies that reflect the attempt to overcome the institutional barriers.

Keywords: epistolography, hagiography, spirituality, religion, censorship, convents, Portugal, XVIII century

Introdução

Intitulado «Escrever sob coação - Místicos, contemplativos e o espetro de juiz. Práticas e estratégias discursivas», o colóquio internacional recentemente realizado em Montpellier convidava a refletir sobre a definição do discurso escrito de carácter ou âmbito religioso tendo por

base os constrangimentos institucionais a que está sujeito e o intuito íntimo de os ultrapassar¹. Dentro destes pressupostos genéricos se enquadrou a comunicação que àquele encontro apresentámos e com a qual pretendemos sublinhar a relação intrínseca entre a escrita e a construção de uma identidade e destacar o carácter estratégico do discurso considerando os propósitos que lhes subjazem e as grelhas de avaliação a que têm que se submeter ou fazer face a fim de conhecerem autorização institucional.

O caso representado por Soror Maria Joana (1712-1754) coloca-nos perante um panorama complexo. Os discursos escritos que se lhe associam, desde cartas autógrafas a biografias ou notas de cariz biográfico, estão na base da definição não só de um percurso espiritual privado, como, mais tarde, de uma identidade de natureza hagiológica de alcance público. Pelo carácter de mediação que assumem, esses discursos ou fontes, sucessivamente reapropriados e reescritos, passam a servir diferentes propósitos e, por conseguinte, a confrontar-se com diferentes critérios e instâncias de legitimação.

Neste processo de concordância em relação a modelos e a constrangimentos doutrinários, morais, estilísticos ou outros, emergem muitas das questões de sólito suscitadas pela escrita feminina em ambiente claustral: a autonomia, a identidade, o conflito entre a esfera privada e a esfera pública e, é claro, a «autoridade censória», que aqui tomaremos em sentido amplo, emprestando-lhe não apenas o valor de coerção ou de óbice, mas de crivo, critério ou condicionante².

1. Em torno de Maria Joana (OSC), 1712-1754

Nasceu Maria Joana na cidade de Évora em 1712 e ingressou no Real Mosteiro do Santíssimo Sacramento do Louriçal, de clarissas da Primeira Regra, com vinte anos³. A atração por este cenóbio, cujo processo fundacional remonta a 1631, conotado com a estreita ligação aos ambientes da Corte e com a fama dos portentos e rigores ascéticos das suas religiosas, é elucidativa do ideário existencial que a clausura monástica então cultivava e propunha à imitação.

¹ Referimo-nos ao Colóquio Internacional «Écrire sous la contrainte: mystiques, contemplatifs et le spectre du juge. Pratiques et stratégies de discours», organizado pela Universidade Paul-Valéry, Montpellier, e realizado nos dias 13 e 14 de novembro de 2015. O título da nossa apresentação oral corresponde ao do texto agora apresentado.

² Um recente e atualizado «ponto de situação» acerca dos desafios colocados à produção literária feminina em contexto claustral poderá ser encontrado em Santos 2015.

³ Com a fundação, em 1708, do Mosteiro do Santíssimo Sacramento do Louriçal, nascia em Portugal um novo instituto religioso, canonicamente ligado à Primeira Regra da Ordem de Santa Clara, de que passou a constituir uma derivação. A proximidade da corte régia e a sua proposta devocional e espiritual garantiram ao cenóbio uma assinalável influência na vida religiosa e moral do país.

Eram, aliás, os próprios rigores, que a todos causavam assombroso respeito, que atraíam a religiosa, desejosa de abraçar um modo de vida que considerava tanto mais perfeito quanto mais austero⁴.

Se, por um lado, a própria Regra o preconizava, timbrando a vida das monjas - a si próprias definidas «Custódias vivas do Diviníssimo Sacramento» - pela identificação plena com Cristo na Sua Paixão e Morte⁵, os vários exemplos de vida perfeita do mosteiro sufragavam um paradigma de beatitude pautado pelo desprezo do mundo e de si, pela humildade radical, pela perseverança na experiência mística, e, sobretudo, pela ascese por meio da mais extremada penitência⁶. Foi de uma elevação espiritual alavancada por uma ofensiva violenta dirigida contra o próprio corpo, de um ideal de virtude baseado nos sinais corporais, que Maria Joana deu, em plenos meados de Setecentos, singular testemunho⁷.

Apesar da data tardia, o ideário espiritual da monja do Louriçal aparenta remeter para época anterior. Na verdade, a espiritualidade do século XVIII português prolongou a dos dois séculos precedentes, dando continuidade às correntes de oração e de direção espiritual e à influência inaciana, e assistindo ao incremento de traduções de obras e à difusão de manuais de oração e biografias espirituais⁸. Além disso, é do século XVIII a assim chamada Jacobeia, movimento de reação contra a relaxação e frivolidade da existência religiosa, que preconizava a austeridade dos costumes, o despojamento, a prática da oração mental, da penitência e da direção espiritual e, enfim, o regresso à mística clássica e ao ideário de desprezo do mundo⁹.

Não tendo sido moldada no Século de Ouro da Mística, a identidade religiosa de Maria Joana não deixa, contudo, de se nutrir dos seus exemplos¹⁰. De santa Teresa de Jesus, antes de mais, que desde sempre se assumira como paradigma espiritual da casa, mas também da fundadora do instituto do Louriçal, cuja vivência mística Maria Joana mimetiza e reatualiza¹¹.

⁴ Sobre a vida de Maria Joana, a fonte até à data mais exaustiva é a obra biográfica de Frei José Caetano de Sousa (O.C.), as *Memórias da vida e virtudes da serva de Deus Soror Maria Joana, religiosa do Convento do Santíssimo Sacramento do Louriçal*, editada em 1762.

⁵ Cfr. Monteiro 1750, 190-198.

⁶ Cfr. Belchior - Carvalho 1986, cols. 1958 a 1973.

⁷ Cfr. Zarri (dir.) 1991, 24. Ao referir-se a uma sacralidade baseada nos sinais corporais, a autora refere o paralelismo entre o pão e o sangue, por um lado, e o jejum e os estigmas, por outro, defendendo constituírem estes últimos «autoafirmações femininas numa sociedade autoritária e patriarcal» e «a expressão mais completa da assimilação a nível simbólico de uma religião baseada no pão e no sangue, elementos que fazem parte da experiência cultural feminina». [Tradução nossa do original italiano].

⁸ Cfr. Belchior - Carvalho, *op. cit.*, cols. 1958 a 1973.

⁹ Cfr. Pimentel Lavrador, 1995, 122-123.

¹⁰ É pouco o que se sabe acerca dos suportes literários específicos desta cultura espiritual. No que diz respeito ao «consumo cultural», nomeadamente literário, das monjas na época considerada, veja-se Morujão 2002, 111-170 (que se refere também ao caso de Maria Joana) e Correia Fernandes 1994, 133-157.

¹¹ Veja-se, sobre Maria do Lado, fundadora mística do Mosteiro do Louriçal, Jacquinet 2013.

2. Da carta autógrafa à biografia

2.1. No âmbito da confissão: as cartas ao confessor

As qualidades da experiência religiosa de Maria Joana terão sido imediatamente reconhecidas pelo seu diretor de consciência, Frei Luís da Costa Simões, que ao longo de vários anos secundou o progresso espiritual da penitente através de cartas onde esta deveria transmitir as vicissitudes da sua vivência anímica. Desconhece-se o número exato das cartas, que, no entanto, terão em muito ultrapassado as sessenta e duas posteriormente referenciadas¹². Como vemos, o caminho da vida interior não prescinde de uma direção, garantida, neste caso, pelo confessor, nem de um suporte de comunicação, que assume aqui a modalidade epistolar.

Os exemplares que hoje conhecemos estão longe de assumir a forma de um produto acabado. Constituem, antes de mais, peças de um processo de maturação espiritual propiciada pela dinâmica mesma da escrita, que necessariamente pressupunha uma contrapartida, ainda que de natureza não epistolar. É, portanto, com este caráter de veículo ou instrumento e no terreno da mística e da confissão que esta escrita deve entender-se. E era este o caráter que abertamente lhe reconheciam seja a venerável monja, que várias vezes pedia a destruição dos seus escritos, seja o seu diretor de consciência, que acabou por lançar ao fogo muitos deles e que sempre se revelou escrupuloso em utilizá-los para qualquer outro fim¹³.

No conteúdo como na forma, as cartas apresentam-se como notícias dadas na primeira pessoa, num registo espontâneo, vivaz, de índole quase coloquial e de todo isento de afetação. Revelam, na liberdade a que se abrem, todos os matizes dos estados da alma e nisso firmam a sua riqueza e frescura. Maria Joana interpela sem requebros o seu interlocutor (o confessor), pede-lhe opinião e deixa frequentemente entender que a experiência mística e ascética que vivencia precede a orientação do próprio pai espiritual. Fala miudamente dos seus progressos espirituais, das penitências a que se abandona, refere com extremos de minúcia o uso que faz de cilícios e disciplinas e revela o sentimento que todas essas experiências a levam a experimentar¹⁴. Mesmo desconhecendo a resposta que as cartas mereceram ao confessor, é de crer, atento o ideal de virtude que se pretendia ver florescido e a evolução dos próprios escritos, que fossem menos de censura que de aceitação ou incentivo.

¹² A informação é-nos dada na «Notícia ao leitor» das «Cartas que escreveu a seu confessor para noticia da sua consciência, e por preceito do mesmo a Serva de Deos Soror Maria Joanna» (ANTT, Manuscritos da Livraria, n.º 2222).

¹³ «Cartas que escreveu a seu confessor para noticia da sua consciência [...]».

¹⁴ Os excertos citados constam das já referenciadas «Cartas que escreveu a seu confessor para noticia da sua consciência [...]».

2.2. No encaço da autorização canónica

Maria Joana viria a falecer em 25 de março de 1754, no termo de uma existência assinalada pela mais crua penitência, que tão bem ilustra, na radicalidade da imitação do sofrimento de Cristo, a apetência para o que Sanchez Lora designou como «estética do sangue¹⁵». As virtudes que já então lhe eram reconhecidas terão alimentado a pretensão de que viesse a ter assento no orbe seráfico. Dos muitos favores divinos com que foi bafejada, conta-se a premonição do Terramoto de 1 de novembro de 1755, cataclismo que assolou grande parte da cidade de Lisboa (e não apenas dela) e que tão profundas consequências teve em todo o reino. Não é anódina, portanto, a afirmação da escritã do Mosteiro, quando, ao registar o trânsito da monja no *Liber Mortuorum*, preanuncia a divulgação da sua biografia¹⁶.

É neste contexto que o então bispo de Coimbra, D. Miguel da Anunciação, instaura o processo informativo da vida, virtudes e morte da Serva de Deus e que, paralelamente, o Mosteiro do Louriçal dá ao prelo a *Breve relação da vida, e morte prodigiosa da Madre Soror Maria Joanna*, notícia histórica de apenas dozes páginas que terá servido para apoiar a fase instrutória do processo de beatificação e para divulgar a fama de santidade da Venerável, mesmo que ressaltando o seu caráter putativo¹⁷.

Neste novo quadro, as cartas, que antes haviam constituído apenas o suporte de um percurso de vida íntima, transpõem o plano secreto da confissão para passarem a servir de atestação a uma condição pública de santidade.

Movido por este propósito, Frei José Caetano de Sousa¹⁸, religioso que entretanto substituíra na função de confessor o antigo diretor espiritual de Maria Joana, dá a lume, em 1762, as *Memórias da vida e virtudes da serva de Deus Soror Maria Joana*, obra fundada nas cartas escritas ao confessor, em documentos pertencentes ao processo informativo e noutros documentos não especificados¹⁹.

As *Memórias da Vida de Virtudes* acautelam a sua legitimidade institucional, apresentando na «Protestação», *ipsis litteris*:

Em observancia dos Decretos da Santa Madre Igreja por boca dos Summos Pontifices, protesto que não he o meu animo dar mais credito a todas, quaesquer noticias, visoes,

¹⁵ Sanchez Lora 1988, 244.

¹⁶ Vd. *Liber Mortuorum*, fl. 17 (ANTT, AC, Lv. 1103).

¹⁷ Vd. *Breve relação da vida, e morte prodigiosa da Madre Soror Maria Joanna nossa irmã, que faleceu a 25 de Março deste presente anno de 1754 neste nosso Convento de Louriçal, 1754*, Lisboa, Oficina de Manuel Coelho Amado.

¹⁸ A respeito da biografia de Frei José Caetano, veja-se, a título de exemplo, Duarte Vilela da Silva 1829.

¹⁹ Vd. Fr. José Caetano de Sousa (O.C.) 1762

loçoens, ou favores sobrenaturaes feitos a esta serva de Deos, ou a qualquer outra pessoa que se insinuar na sua vida, ou cartas, mais que aquelle credito que póde entrar nos limites de huma fé humana, em quanto a santa Igreja lhe não dér maior certeza: assim o protesto na melhor fórma, como filho obediente da Igreja²⁰.

Como vemos, o teólogo, invocando a necessária observância dos decretos pontifícios que estatuem em matéria de santidade, demarca-se da pretensão de avocar tal condição para a sua biografada²¹. No entanto, ao abrigo do alegado conceito de «fé humana», não deixa de assumir como suposição, como não deixa de reconhecer às cartas o estatuto de matriz referencial da sua obra, superiorizando o propósito de divulgação ao respeito pela inviolabilidade de uma correspondência que se entendia parte intrínseca do segredo de confissão.

3. As cartas espirituais

3.1. A edição das cartas

Com a edição de 1762, grande parte das informações contidas no epistolário de Maria Joana passou ao conhecimento público, mas não ainda as cartas em si mesmas, enquanto expressão direta da voz da sua autora. Foi em 1779, num contexto específico de afirmação institucional do Mosteiro do Lourçal, onde couberam ações tendentes à beatificação de várias religiosas da mesma casa, que teve lugar a primeira – e única - tentativa expressa de publicação das cartas²².

A Frei José Caetano, autor das *Memórias da Vida de Virtudes*, coube, uma vez ainda, e a pedido expresso de D. Miguel da Anunciação, prelado de Coimbra, a composição do texto a editar sob o título *Cartas que escreveu a seu confessor para noticia da sua consciência, e por preceito do mesmo a Serva de Deos Soror Maria Joanna*. O intuito implícito de reacender a devoção dos fiéis e, assim, de creditar a bom nome do Instituto, subsume-se, em termos discursivos, no intuito – esse expresso – de doutrinar através do exemplo. O paratexto da obra oferece-nos, a respeito, oportunos esclarecimentos acerca dos filtros interpostos entre o original e o exemplar proposto a edição. Na «Notícia ao leitor» assim se escreve:

Se tens Lido a sua vida, verias huma boa P.e das suas Cartas: agora as lerás inteiram.te. Vaõ mudadas escassam.te alguãs palavras, q. convinha fiar do segredo, emqto o Céu não o revela. Não vão todas as q. há da mesma serva de D.s, por.q alguãs, e bem preciosas, paraõ em mão q. não escrupulozou a reserva para veneração e cautela. [...] Não te

²⁰ *Idem*, «Protestação», *fl. inum*.

²¹ A definição jurídica da santidade na Idade Moderna tem como pilares os decretos de Urbano VIII (1623-1644) e de Bento XIV (1740-1758). *Vd.*, a propósito Torre 1991, 231-264.

²² *Cfr.* Jacquinet 2014, 1, 133-134.

pareça q. a serva de Deus só escreveu o breve numero das que te oferecemos; porem a prudencia do Confessor desta grande alma não era demaziadam.te estimadora mais que de virtudes, e fazendo da serva de D.s o conceito que elle mesmo confessou no processo, com tudo elle não procedeu a reservar estes papeis entre outros muitos, q. entregou ao fogo, se não quando a providencia suavemente o obrigou, ou a preciosa morte de Sor Maria Joanna lhe seguiu a estimação se sua Authora. [...] Muito terás q. aprender de penitencia, de mortificação, e de todas as virtudes com esta lição, se o desejas. [...] Entre as obras da Serva de D.s merecem suas cartas especial estimação, e as de huma mulher como poucas S. Theresa de Jesus merecerão as illustrações do Ill.mo Palafox²³.

Do excerto citado várias notas diretamente se extraem: o epistolário de Maria Joana era mais extenso que o conjunto de cartas agora propostas à publicação, tendo parte dele sido eliminado pelo confessor; o conteúdo das cartas foi ligeiramente alterado pelo redator em atenção do secretismo reclamado por certas passagens; a publicação das cartas revestia um propósito pastoral; a cada uma das cartas o narrador após um comentário, à semelhança do que fizera Juan de Palafox em relação às cartas de santa Teresa. Este esclarecimento legitimador que Frei José Caetano dirige formalmente ao leitor de imediato nos elucida da presença de uma grelha de mediação entre os originais da monja e o leitor.

A obra que se entende dar à colação consta, em suma, de uma seleção de sessenta e duas cartas copiadas, parcialmente reescritas e individualmente comentadas pelo seu narrador. Mas a que correspondem as «ilustrações» (comentários) do reputado teólogo? Em breve, a uma espécie de legenda substanciada numa descrição do conteúdo epistolar resultante de uma interpretação justificativa de caráter teológico. O emprego do discurso indireto, o afastamento emocional em relação à vivência do relato, a autoridade sóbria do estilo e o enquadramento doutrinário emergem como os principais recursos desta exegese legitimadora em que os comentários se subsomem, e que, na prática, pretendem dotar de aceitabilidade a voz original.

A carta 18.^a, com o respetivo comentário, oferecem-nos disso um exemplo eloquente. Nela, Maria Joana relata com especial realismo e sem quaisquer aparentes reservas as penitências que pratica. O comentador parece neutralizar a aspereza excessiva do relato, contrapondo sobriamente:

A primeira materia desta carta é sobre o uso de uma «tunizella» composta de ásperos cilícios. Continua a declarar o modo prodigioso como preparou [...] a alegria da penitencia. Passa a relatar outros exercicios [...]. O sr. revellou a soror Maria Joanna o

²³ «Cartas que escreveu a seu confessor para noticia da sua consciência, e por preceito do mesmo a Serva de Deos Soror Maria Joanna» (ANTT, Manuscritos da Livraria, n.º 2222).

quanto era offendido de hum pecado, elle declarou o nome donde procedeu e huma suplica e empenho [...] ²⁴.

3.2. *Sob o espectro da censura*

Apresentado à Real Mesa Censória, o manuscrito de Frei José Caetano não foi isento de críticas, algumas delas contundentes ²⁵. Das sessenta e duas cartas, onze mereceram reparos e, dos comentários do frade, quatro suscitaram reserva. Não obstante, o censor dispunha-se, mediante a emenda das passagens criticadas, a sufragar o escrito, mas a Real Mesa foi de parecer contrário, determinando a supressão das cartas ²⁶.

São vários os pontos em que assenta a censura realizada por Fr. Joaquim de Santa Ana ²⁷. O censor adverte, antes de mais, a falta de autorização canónica da obra. E di-lo claramente: «As Obras desta natureza, [...] só se podem publicar sem perigo, ou temor de gravíssimos resultados depois que a Igreja interpoem o seu juizo sobre a santidade e virtudes heroicas dos seus servos, devem conter huma unção m.to superior á Natureza». Além disso, prossegue, «devem conter Regras, e Maximas seguras, abstrahidas de preocupações, e illusões e devem finalmente respirar hua tal erudição Sagrada, que lhe dê algum merecimento no Público». Faz ainda notar que a publicação carece da autorização da própria autora, que sempre exortara o diretor espiritual a que mantivesse a sua escrita em sigilo. Faz ainda notar que as cartas tinham um «estilo muito familiar», que lhes faltava a «devida dedução» [i.e. ponderação], «que antes de estar exaurido hum objeto, repentinamente se passa a outro, e que frequentissimamente se tem repetidos os mesmos assumptos».

E quando, na carta 26.^a, Maria Joana compara o sofrimento que experimenta pela ausência do confessor com o sentimento de falta de Deus, o qualificador é perentório: «Admiro-me como o tal Confessor não rasgou esta Carta, para que jamais apparecesse: que indigna, e escandalosa, e blasfema comparação da falta de uma Creatura com a falta de hum Deos Summo, e infinitamente Bom».

A censura prossegue, apontando outrossim a inverosimilhança e carácter ilusório dos fenómenos descritos. Refere que as rigorosas penitências de Maria Joana eram impróprias ao género feminino; põe em causa o aparecimento das chagas no corpo da religiosa, arguindo que o

²⁴ *Idem*, carta 18.^a.

²⁵ A Real Mesa Censória, criada em 5 Abril de 1768 e extinta em 1794, tinha como objetivo fiscalizar as obras que se pretendiam publicar ou divulgar no Reino. A sua criação representou a transferência de uma atribuição anteriormente detida pela Inquisição, pelo Desembargo do Paço e pelos bispos.

²⁶ ANTT, Real Mesa Censória, cx. 11, n.º 49. Aí se escreve: «Assentou porem da Mesa, e foi de parecer, que as sobreditas Cartas ficassem suprimidas. Lx.^a 15 de Novembro de 1779».

²⁷ Todas as referências feitas, nesta secção, à censura que impendeu sobre o texto apresentado em 1779 por Frei José Caetano encontram-se em ANTT, Real Mesa Censória, cx. 11, n.º 49.

«Senhor não concedeu [as chagas] por doze séculos a alguns dos Santos; e maiores Amigos», e descredibiliza taxativamente o relato, que qualifica de «fictício e inverosímil», em que Maria Joana revela acreditar estar a ser perseguida pelo demónio e tê-lo pressentido numa hóstia (carta 16.^a).

O juízo do censor incide igualmente sobre aspetos doutrinários e padrões de vida espiritual. Assim, quando a Venerável narra ter renunciado a todas as coisas espirituais e temporais (carta 6.^a), Frei Joaquim retorque que, segundo as máximas da vida espiritual e as regras seguras da teologia mística «não cabe a renuncia de todas as cousas Espirituaes; nem o despir o affecto á mesma glória». E quando, na carta 38.^a, a religiosa descreve o espetáculo sangüinário das mortificações a que se sujeita, o censor exclama: «Enchi-me de horror quando li a sobredita passagem». Define tal conduta como imprópria ao sexo feminino e ofensiva da virtude e da lei da caridade.

Mais adiante, perante a carta 62.^a, onde a penitente emprega o termo «óbice», o censor desacredita-a, justificando que o conceito era próprio de teólogos e que a religiosa não o poderia ter usado por lhe faltar o acesso a livros de teologia. Neste reparo, como noutros, a impressão pessoal baseada numa precisa noção de género é assumida como uma questão com implicações morais, reclamando assim o crivo da censura.

Uma advertência sobre os perigos da direção espiritual encontra-se presente, por sua vez, na crítica à carta 27.^a, cuja leitura suscita forte indignação no censor. A confessanda revela ter vislumbrado sobrenaturalmente a figura do diretor espiritual e revela, com algum detalhe, ter por ele sentido uma inclinação pecaminosa. Frei Joaquim, face ao que poderia longinquamente evocar o delito de solicitação, ou outro de natureza semelhante, de pronto sentencia: «Este he hum dos objectos mais delicados e perigosos para servir de assunto em uma carta, que huma dirigida escreve ao seu Director». E prossegue: «Esta era outra carta, que o confessor devia rasgar, para que se não lesse no publico: Eu não me abstenho de maior reflexão porque até hé perigoso o fallar muito em semelhantes objectos». A carta 32.^a motiva igual tipo de comentário. Nela, a religiosa descreve circunstanciadamente o modo como procede a algumas mortificações corporais, ao que o censor estabelece: «Esta carta he demasiadamente miuda, muito perigosa para se ler e não menos para nella se fallar».

À luz da censura, porém, as reservas que impendem sobre as confissões espontâneas de Maria Joana são dissipadas ou mesmo anuladas pelos comentários de Frei José Caetano, os quais, sujeitos igualmente a exame, não se veem senão escassamente criticados. O censor revela, de facto, que

O que de algum modo faz sobressair as ditas Cartas, são as reflexões, que a todas, e a cada huma dellas fez o P. M. Fr. José Caetano, [...] genuinas, instrutivas, e cheias de Regras seguras para os Directores da Alma; e de Maximas solidas para os que seriam. te cuidão no importante negócio da salvação, applicando-a ao bom uso da mortificação e Penitencia.

Apesar das contundentes críticas suscitadas pelo discurso epistolar, a obra no seu todo recebeu parecer final positivo. Entendeu o censor que os assuntos merecedores de reparo e que poderiam obstar à publicação do escrito se encontravam afinal já publicados na obra anterior de Frei José Caetano, a *Memória da Vida e Virtudes*, por sua vez baseada no processo informativo mandado encetar, para efeitos de beatificação, após o falecimento da religiosa. Assim, conclui: «He o meu parecer, que emendadas as Passagens, sobre as quaes se fizeram os ditos reparos, se dê licença para a estampa das ditas cartas e suas reflexões».

Não parece totalmente isenta a posição de Frei Joaquim, atento o facto de que fora ele próprio, enquanto qualificador do Santo Ofício, a conceder licença à mencionada *Memória da Vida e Virtudes*, corria o ano de 1762²⁸. Na Censura que então redigiu, elogiou frontalmente os méritos de Maria Joana, enaltecendo a sua virtude, pureza e espírito de penitência. «Por estas razões», concluía então, «e por não conter esta obra cousa alguma, em que offenda a nossa Fé, nem os bons costumes, a julgo muito digna de que Vossas Illustrissimas concedaõ a licença, que se pede para se fazerem publicas estas memorias²⁹».

Como explicar esta diferença de juízo? Será ela proporcional à diferença entre as duas obras? E como justificar que episódios descritos nas *Memórias* tenham passado inobservados ao escrutínio da censura quando, em 1779, foram, pelo mesmo avaliador, merecedores de escrúpulo? Vários fatores podem concorrer para o explicar, desde a oportunidade do escrito em relação à vida moral e espiritual do país, à adequação do exemplo representado pela monja em relação aos modelos de virtude julgados edificantes, à própria operacionalidade dos meios e critérios de vigilância em relação a uma realidade tradicionalmente inspiradora de reserva.

Como vimos, não obstante as críticas, o parecer do censor individual foi positivo. Não positivo, pelo contrário, foi o juízo conjunto da Real Mesa Censória, que recusaria a publicação do texto e determinaria mesmo a sua supressão. E certo é que o autor estava ciente de que o que propunha raiava a fronteira entre ortodoxia e heterodoxia, entre o que poderia resultar numa sã doutrinação e o que, pelo contrário, poderia pervertê-la. Eloquentes são, a propósito, as palavras

²⁸ «Licenças do Santo Ofício/Censura do qualificador Frei Joaquim de Santa Ana, religioso de S. Paulo Eremita» insertas, em página inumerada, nas *Memorias da vida e virtudes da serva de Deus Soror Maria Joana*, de Frei José Caetano. As licenças datam de 2 de julho de 1762.

²⁹ *Idem*.

de Luís Vilela, autor de um elogio histórico a Frei José Caetano, ao referir-se à publicação das cartas espirituais de Maria Joana.

Não será alheio do fim, a que nos propozemos neste Escripto, advertir quanto seja difficultoso desempenhar assumpto de semelhante natureza, pois he certo que Escriptores de huma piedade pouco illustrada tudo achão maravilhoso, persuadidos que por este meio honrão a piedade, quando elles a deslustrão, dando motivo a que os inimigos da Religião nos motejem [...]. Todavia talvez haja quem, lendo alguns Capitulos da Vida desta Serva do Senhor, note o que temos ponderado, e reprove excessos, e encarecimentos³⁰.

Perante tão manifestas fragilidades, não surpreende que a publicação tenha sido vetada nem que, na sua sequência, a santidade de Maria Joana tenha cessado de ser reivindicada. Não quer isto dizer, contudo, que o conteúdo epistolar não tenha conhecido difusão, nem tanto menos a fama de virtudes da Venerável ou a devoção popular que se lhe dispensava. Sabemos, efetivamente, que o Mosteiro do Louriçal exhibia à devoção retratos e imagens da monja, assim como hábitos e instrumentos de mortificação que lhe haviam pertencido³¹. E sabemos que a vida prodigiosa da religiosa cedo ultrapassou os muros do convento, sendo certo que o famoso Padre Gabriel Malagrida conhecia bem as profecias da religiosa no que respeita à origem sobrenatural do terramoto que assolou Lisboa em 1755³².

A concluir

Em relação à época a que nos reportámos, a História revela que a integração da escrita de autoria feminina no circuito literário oficial é tudo menos linear. Essa integração, que se assimila a um conflituoso processo legitimador, pressupõe frequentemente a construção, por outrem, de uma espécie de «exo-esqueleto» discursivo tendente a credibilizar a fonte original aos olhos da autoridade eclesiástica, bem como a encriptação do discurso original³³. O resultado, esse, é incerto, não raro correspondendo à proscricção do escrito ou, diferentemente, à sua aceitação mediante a conversão do seu primitivo género literário, que passa frequentemente a assumir a modalidade biográfica.

O caso de Maria Joana é ilustrativo dos termos e vetores que compõem este panorama. As três obras que acerca da sua vida se compuseram podem ver-se, porquanto fundadas na

³⁰ Duarte Vilela da Silva 1829, 10.

³¹ *Cfr.* «Registo das esmolos pertencentes às imagens santas que se conservam na igreja e capelas do Real Mosteiro do Louriçal» (ANTT, AC, liv. 424).

³² *Vd.* Gabriel Malagrida (S.J.) 1756. Com interesse para o assunto, considere-se Marques 2006, 219-329.

³³ Sobre o tema, veja-se Morujão 2011, 35-54.

epistolografia autógrafa, como etapas de um processo heurístico de sucessiva aproximação à fonte primeira. Mas, apesar dos criteriosos meios empregues neste percurso de resgate, a eficácia dos instrumentos cautelares logrou superiorizar-se, acabando por frustrar os propósitos inerentes à pretensão de dar voz ativa a Maria Joana.

Não apenas no quadro dos desafios apresentados pela literatura autorizada se coloca o caso da religiosa louricalense, mas outrossim no da construção de um percurso de vida e de memória. Também neste plano os condicionalismos institucionais inapelavelmente pontificam. Na ação do confessor, desde logo, pela orientação e modelo espiritual que forneceu e propôs; mais tarde, na ação do Mosteiro do Louriçal e da Diocese de Coimbra, ao incentivar, com o apoio de Frei José Caetano de Sousa, o reconhecimento de um estatuto de beatitude e a cristalização de um modelo de virtudes; por último, na atuação da Censura, ajuizando da bondade de um escrito de intenção catequética.

Bem que concebidas no âmbito estrito da confissão, as cartas espirituais da religiosa viriam a servir seja o propósito de progresso espiritual, seja o de atestação de santidade. É nesta medida que se verifica uma apropriação da escrita de Maria Joana e um não reconhecimento de um valor de autonomia e de vontade que o conceito de autoria deveria em si mesmo caucionar.

E se é certo que o conceito de individualidade se transmuta quando inserido no quadro da clausura feminina, certo é também que a índole privada do sacramento da confissão não deveria ser institucionalmente obliterada. Uma vez mais nos adentramos no terreno da sensibilidade social, que ditou o repúdio espontâneo de manifestações superficiais de piedade, tão própria de fenómenos heterodoxos fortemente combatidos em épocas anteriores, e no terreno das leis não escritas, como as que reservavam à mulher um estatuto de fragilidade emocional e menoridade intelectual. Terrenos a que as instâncias do poder religioso não deixavam de ser permeáveis.

Fontes

Arquivo Nacional da Torre do Tombo

Arquivo das Congregações, *Liber Mortuorum*, Lv. 1103.

Arquivo das Congregações, *Registo das esmolas pertencentes às imagens santas que se conservam na igreja e capelas do Real Mosteiro do Louriçal*, Lv. 424.

Documentação de conventos por identificar, cx. 8, *Memórias da vida e morte da serva de Deus Soror Maria Joana, religiosa professa da primeira regra de São Francisco no Real Convento do Santíssimo Sacramento do Louriçal* (1779).

Manuscritos da Livraria, n.º 2222, *Cartas que escreveu a seu confessor para noticia da sua consciência, e por preceito do mesmo a Serva de Deos Soror Maria Joanna*.

Real Mesa Censória, cx. 11.

Biblioteca Nacional de Portugal - Fundo geral

Breve relação da vida, e morte prodigiosa da Madre Soror Maria Joanna nossa irmã, que faleceu a 25 de Março deste presente anno de 1754 neste nosso Convento de Louriçal, 1754, Lisboa, Oficina de Manuel Coelho Amado.

Sousa, Fr. José Caetano de (O.C.), 1762, *Memorias da vida e virtudes da serva de Deus Soror Maria Joana, religiosa do Convento do Santissimo Sacramento do Louriçal*, Lisboa, Oficina de Miguel Rodrigues.

Referências bibliográficas

Belchior, Maria de Lurdes – Carvalho, José A. de, 1986, «Portugal (sécs. XVI-XVIII)», in Viller, M., Cavallera; F.; Guibert, J. de, *Dictionnaire de spiritualité ascétique et mystique. Doctrine et histoire*, Tomo XII, Paris, Beauchesne, cols. 1958 a 1973.

Creytens, Raimondo, 1965, «La Riforma dei monasteri femminili dopo i Decreti Tridentini», *Il Concilio di Trento e la Riforma tridentina*, Vol. I, Roma, Herder, p. 45-79.

Fernandes, Maria de Lurdes Correia, 1994, *Recordar os «santos vivos»: leituras e práticas devotas nas primeiras décadas do século XVII português*, Separata da Revista *Via Spiritus*, n.º 1, p. 133-157.

Jacquinet, Maria Luísa, 2013, «Direção espiritual, experiência mística e destino hagiográfico: Frei Bernardino das Chagas e a Venerável Maria do Lado», *Lusitania Sacra*, Vol. XXVIII, CEHR/UCP, p. 75-95.

Jacquinet, Maria Luísa, 2014, *Dos monumentos do Desagravo do Santíssimo Sacramento: arte, poder e espiritualidade no Portugal do Antigo Regime*, 2 vols., Coimbra, s/n [Tese apresentada à Universidade de Coimbra para obtenção do grau de Doutor em História, especialidade de História da Arte].

Lavrador, João E. Pimentel, 1995, *Pensamento teológico de D. Miguel da Anunciação. Bispo de Coimbra (1741-1779) e renovador da diocese*, 1.ª edição, Coimbra, Gráfica de Coimbra.

Marques, João Francisco, 2006, «A acção da Igreja no terramoto de Lisboa de 1755: ministério espiritual e pregação», *Lusitania Sacra*, Lisboa, 2.ª série, n.º 18, p. 219-329.

Monteiro, Pe. Manuel (C.O.), 1750, *Historia da fundação do real convento do Louriçal de religiosas capuchas, e vida da venerável Maria do Lado, sua primeira instituidora, e de algumas religiosas que n'elle faleceram com opinião de virtude*, Lisboa, Francisco da Silva.

Morujão, Isabel, 2002, «Livros e leituras na clausura feminina de Setecentos», in *Revista da Faculdade de Letras, Línguas e Literaturas*, n.º 19, p. 111-170.

Morujão, Isabel, 2011, «Entre a voz e o silêncio: literatura e espiritualidade nos mosteiros femininos», 41, *Rever*, Ano 11, n.º 1, jan/jun, p. 35-54.

Sanchez Lora, José Luis, 1988, *Mujeres, conventos y formas de la religiosidad barroca*, Madrid, Fundación Universitaria Española.

- Santos, Zulmira, 2015, «Escrita conventual feminina: um «arquipélago submerso». Apenas algumas notas», *Vozes da vida religiosa feminina: experiências, textualidades e silêncios (séculos XV-XXI)*, CEHR/UCP, p. 125-138.
- Silva, Luís Duarte Vilela da, 1829, *Elogio historio do P.e M.e Fr. José Caetano de Sousa, Carmelita da Antiga, e Regular Observancia, Doutor Theologo pela Universidade de Coimbra [...]*, Lisboa, Impressão Régia.
- Torre, Giuseppe dalla, 1991, «Santità ed economia processuale. L'esperienza giuridica da Urbano VIII a Benedetto XIV», in Zarri, Gabriella, *Finzione e santità tra medioevo ed età moderna*, Turim, Rosenberg & Sellier, p. 231-264.
- Zarri, Gabriella (dir.), 1999, *Per lettera. La scrittura epistolare femminile tra archivio e tipografia, secoli XV-XVII*, Viella.